

Direitos humanos e realidades concretas dificultam posição da ONU

por Ana Tomás

9-12 minutos

A ONU não tem uma posição oficial sobre a prostituição. A discussão sobre o **enquadramento legal da prostituição** e as divisões que existem entre as **diferentes organizações de mulheres** e as que trabalham com **prostitutas** não têm passado despercebidas à **ONU Mulheres**. O organismo das Nações Unidas abriu uma consulta pública mundial a essas organizações para acompanhar o debate em torno do tema e definir uma linha orientadora para desenvolver trabalho nessa área. A consulta já recolheu as visões de mais de 300 organizações, sendo que algumas delas são plataformas que agregam várias entidades, como é o caso da **Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres**, que tem uma **posição pró-abolicionista**. **Purna Sen, Diretora de Comunicação e Estratégia da ONU Mulheres**, explica nesta entrevista os objetivos desta consulta e quais as expectativas da organização. A prostituição e os direitos humanos estão intrinsecamente ligados e torna-se fundamental que a ONU adote uma posição pública que possa servir de farol, num assunto que envolve milhares de mulheres em todo o mundo.

No debate sobre o enquadramento legal da prostituição, as convenções e a ONU, nas suas diferentes organizações, são citadas para defender ou refutar um determinado modelo. Mas a ONU Mulheres ainda não tem uma posição oficial no que respeita a esse assunto, se recomenda ou não a legalização.

Sim. Não há nenhuma política explícita escrita pela ONU Mulheres. Fazemos parte de um sistema onde o tema já foi abordado e manifestadas perspetivas, mas a ONU Mulheres, em concreto, ainda não assumiu uma posição oficial sobre este assunto.

Porque é que ainda não foi tomada essa posição?

Por duas razões. Uma delas tem a ver com o facto de não tomarmos sempre uma posição pública sobre todos os assuntos em que

trabalhamos, o que temos é um entendimento interno sobre como abordamos certos temas. Assumir uma posição política para o exterior não é o mesmo que dizer que não temos uma linha prioritária que oriente internamente o nosso trabalho. A outra razão prende-se com o facto de que esta discussão em torno do que se chama de prostituição ou trabalho sexual é altamente divergente entre organizações de mulheres e Estados. Há muitas visões diferentes sobre como essa atividade deve ser enquadrada e compreendida. Por um lado, há aqueles que defendem e em que o termo prostituição é reconhecido como uma forma de exploração das mulheres. Há normas padrão e acordos legais globais, incluindo o artigo 6º. do Comité Para A Eliminação da Discriminação Contra as Mulheres [CEDAW, na sigla em inglês] ou o Protocolo de Palermo, contra o tráfico de pessoas, e outras disposições que falam sobre a prostituição. Contudo, há outros movimentos e alguns estados membros da organização – um número reduzido, devo dizer – que defendem que deve ser entendida como uma forma de trabalho, em vez de uma forma de exploração, e que deve ser reconhecida como tal e, por isso, legalizada.

“Muitas mulheres dizem que é uma forma de exploração e abuso e que tem de ser combatida, muitas outras dizem que é uma forma de trabalho e a única maneira que têm de sobreviver e que o que deve ser feito é protegê-las de abusos, reconhecendo-a como um trabalho.”

E a ONU Mulheres está no meio dessas duas visões?

A nossa tarefa não é precipitar-nos para apoiar este ou aquele lado. O nosso trabalho orienta-se sempre pelas diretivas internacionais, o CEDAW e o Protocolo de Palermo são algumas delas, mas a ONU Mulheres também ouve o que as próprias mulheres têm a dizer sobre esse assunto. E algumas dizem que é preciso repensá-lo. Uma coisa é certa, é muito claro pelos testemunhos das mulheres, que sempre contaram muito para nós, que a criminalização das mulheres que ganham o seu sustento através da prostituição é extremamente perigosa. As mulheres que estão nessa situação são frequentemente alvos preferenciais de abusos e violência, é-lhes negada proteção policial e pelo sistema judicial, ao qual têm direito, e são muitas vezes, senão sempre, estigmatizadas nas comunidades onde vivem, acabando por ter de as abandonar. Portanto, temos de garantir de proteção às mulheres que se prostituem,

independentemente de se considerar isso a prostituição uma exploração ou uma forma de trabalho. A nossa preocupação principal deve ser a segurança e o bem-estar das mulheres. Por outro lado, também temos o compromisso de não deixar ninguém para trás, de compreender as mulheres, nesta área, que foram exploradas e magoadas. Temos a obrigação de as acolher.

A [recomendação do Parlamento Europeu](#), no que respeita às questões do tráfico e da exploração sexual das mulheres, apoia o modelo sueco, que não criminaliza a prostituta, mas criminaliza o cliente. Entre os argumentos para essa tomada posição, estão, mais uma vez, convenções da ONU, a declaração dos Direitos Humanos e o artigo do CEDAW que mencionou. Como é que um cenário de regulamentação ou legalização da prostituição se compatibiliza com esses princípios orientadores universais e com os direitos humanos e das mulheres?

Penso que essa é uma questão complexa. De facto, na Europa há um movimento numa determinada direção, influenciado sobretudo pela experiência do modelo sueco. Agora, como disse anteriormente, o nosso trabalho deve ser guiado pelo caminho feito na ONU Mulheres, e mais genericamente pela ONU. É através da implementação das declarações e dos acordos que os Estados fizeram. E, como referiu, há o artigo 6º. do CEDAW, há o Protocolo de Palermo, a Convenção de 1949, sobre escravatura e tráfico, e são todos muito claros sobre como deve ser compreendida a prostituição: como uma forma de exploração que precisa de ser abordada nesse sentido. O que é importante nós fazermos é, em cima dessas declarações, e depois de fazermos também a interpretação daquilo que significam, ouvir o que as mulheres têm a dizer sobre as suas experiências nesse campo. Muitas mulheres dizem que é uma forma de exploração e abuso e que tem de ser combatida, muitas outras dizem que é uma forma de trabalho e a única maneira que têm de sobreviver e que o que deve ser feito é protegê-las de abusos, reconhecendo-a como um trabalho. É por isso que a ONU Mulheres abriu uma discussão com uma série de ONGs, ativistas, organismos das Nações Unidas, agências, académicos e investigadores para tentar captar o debate que está a decorrer em torno desta questão.

“Sabemos que as mulheres que estão na prostituição têm frequentemente uma história de abusos – isso é muito claro – e são empurradas ou encontram-se nessa

atividade sem ter muita escolha ou, no caso de ser o único meio de rendimento, sem muita alternativa. “

Essa discussão é feita através de uma espécie de inquérito. Quantas organizações estão envolvidas nessa consulta?

Já tivemos mais 300 organizações, entre as quais grupos e plataformas que representam várias organizações, o que significa cerca de 900 organizações. Portanto, estamos muito conscientes dos padrões de referência, e mencionou-os, mas também muito atentas ao debate que está a acontecer nos movimentos femininos. E acrescentaria que sabemos que as mulheres que estão na prostituição têm frequentemente uma história de abusos – isso é muito claro – e são empurradas ou encontram-se nessa atividade sem ter muita escolha ou, no caso de ser o único meio de rendimento, sem muita alternativa. Temos de ter em mente, enquanto fazemos aquele trabalho, que têm de ser criadas as condições para que as mulheres tenham a oportunidade, os recursos e o apoio para construir vidas com a dignidade e justiça que procuram. Se não ajudarmos as mulheres que precisam a ter acesso a essas oportunidades, então estaremos a falhar, os governos estarão a falhar, com o compromisso que todos fizemos de não deixar ninguém para trás. O que pretendemos com esta discussão aberta às organizações mundiais é saber como esses objetivos são integrados neste debate sobre a regulamentação da prostituição.

As conclusões dessa consulta devem ser publicadas no final deste ano. Já há uma data concreta?

Tivemos muito mais respostas do que inicialmente imaginámos e vai demorar algum tempo, até porque temos de fazer muitas traduções para inglês para podermos fazer a análise. Portanto, todo o processo está a demorar mais tempo que o previsto. Esperamos ter algo, no que se refere a como a ONU Mulheres vai trabalhar este assunto, independentemente de se assumir uma posição pública sobre ele ou não. O que é suposto esta discussão fazer é clarificar-nos o processo através do qual vamos desenvolver a nossa linha de trabalho nesta área. E isso sim, espero que esteja clarificado até ao final deste ano.